

RECUNTO

APENSADOS

PEC 160/08

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:  
(DA SRA. JANETE CAPIBERIBE)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:  
Insere novos parágrafos no art. 212, instituindo o Fundo Nacional da Educação Infantil (FUNAEI) e Fundos Municipais para atendimento a crianças de até três anos, e dá nova redação ao art. 239 da Constituição Federal.

DESPACHO:  
11/07/2003 - (A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:  
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA, EM 31/03/05

REGIME DE TRAMITAÇÃO ESPECIAL

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CCJC	31/03/05
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): Gonzaga Patriota Presidente:

Comissão de: Constituição e Justiça e de Cidadania dev CIP 03/05/05 Em: Reconstituído em 01/04/05

A(o) Sr(a). Deputado(a): Presidente:

Comissão de: Em: / /

A(o) Sr(a). Deputado(a): Presidente:

Comissão de: Em: / /

A(o) Sr(a). Deputado(a): Presidente:

Comissão de: Em: / /

A(o) Sr(a). Deputado(a): Presidente:

Comissão de: Em: / /

A(o) Sr(a). Deputado(a): Presidente:

Comissão de: Em: / /

A(o) Sr(a). Deputado(a): Presidente:

Comissão de: Em: / /

A(o) Sr(a). Deputado(a): Presidente:

Comissão de: Em: / /

DCM 3.17.07.064-9 (JUN/01)





105/03

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2003

Inserir novos parágrafos no art. 212, instituindo o Fundo Nacional da Educação Infantil (FUNAEI) e fundos municipais para atendimento a crianças de até três anos, e dar nova redação ao art. 239 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** Acrescentam-se ao art. 212 da Constituição Federal os seguintes parágrafos:

“Art. 212. ....

§ 6º Os Municípios instituirão fundos específicos para a manutenção e o desenvolvimento da educação infantil, com o objetivo de assegurar o atendimento às crianças de até três anos de idade.

§ 7º Os fundos a que se refere o parágrafo 6º serão constituídos, entre outros recursos, por não menos de vinte e cinco por cento dos impostos a que se refere o art. 156.

§ 8º O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Infantil, destinado a complementar os recursos municipais voltados para o financiamento da educação infantil, será constituído por:

I – um por cento da receita do imposto a que se refere o art. 153, III;

II – um por cento da receita do imposto a que se refere o art. 153, IV;

jm042917-200301919







III – seis por cento dos recolhimentos das contribuições a que se refere o *caput* do art. 239.

§ 9º A lei disporá sobre os componentes, a gestão, a fiscalização e os critérios de distribuição dos recursos vinculados aos fundos a que se referem os §§ 6º e 8º. (NR)”

**Art. 2º** O art. 239 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 239.** A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego, a assistência em creches ao dependente de trabalhador e o abono de que trata o § 3º deste artigo.

.....  
(NR)”

**Art. 3º** Esta Emenda entra em vigor no primeiro dia do exercício subsequente ao de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, no capítulo dos direitos sociais, em seu art. 7º, XXV, preceitua que “são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (...) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas”.

No capítulo da educação, cultura e desporto, estabelece, no art. 208, IV, que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

Tradicionalmente, as crianças em idade de creche que necessitem de um cuidado extra-familiar são atendidas em instituições públicas ou comunitárias, ligadas administrativamente aos programas de assistência social,







com apoio de autoridades de outras áreas, como a saúde, a justiça e a educação.

Um pequeno número de crianças, geralmente de estratos sociais superiores, tinha o privilégio de freqüentar creches – na maioria privadas e, portanto, pagas – onde o enfoque não era mais o da assistência à mãe trabalhadora, mas o do direito da criança ao desenvolvimento integral, dentro de um projeto pedagógico que incorporava crescentemente os avanços científicos da puericultura, da pediatria, da psicologia, da nutrição e de outras ciências.

Durante a tramitação dos projetos de lei de diretrizes e bases da educação nacional, pouco a pouco se criou a consciência de que todos os brasileiros, independentemente de sua condição social ou familiar, têm direito à educação básica integral, do nascimento à maioridade.

Assim, a educação infantil, destinada às crianças até seis anos de idade, por força da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.294, de 20 de dezembro de 1996, passou a integrar a educação escolar básica, na qualidade de sua primeira etapa de oferta em estabelecimentos públicos e privados.

A mesma lei esclarece, em seu art. 4º, inciso IV, que “o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”.

A educação infantil, pela primeira vez na história do País, mereceu um capítulo próprio na lei máxima da educação, com os seguintes artigos:

**Art. 29.** A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

**Art. 30.** A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.







**Art. 31.** Na educação infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Não obstante a importância que a Constituição e a LDB dão à educação infantil, é muito tímido o avanço de matrículas das crianças em estabelecimentos públicos, principalmente nas creches. Em 2002, de aproximadamente 14 milhões de crianças até três anos, somente 717.307 estavam matriculadas em escolas públicas. Os dados sobre matrículas em instituições privadas, inclusive comunitárias, são frágeis, porque prevalece a oferta de serviços em instituições não cadastradas no censo escolar do Ministério da Educação (MEC). Calcula-se que mais de 2 milhões de crianças de até três anos possam frequentá-las. Os números oficiais do censo escolar registram, porém, somente 435.204 matrículas.

Note-se que a competência de oferta da educação infantil passou, por força do art. 11 da LDB, para a esfera municipal, embora a responsabilidade por seu financiamento caiba, de forma suplementar, aos Estados e à União.

Tornou ainda mais complexa a questão um dispositivo das disposições transitórias da LDB:

**Art. 89.** As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se aos respectivos sistemas de ensino.

Na verdade, as creches administradas e financiadas pela secretaria de ação ou assistência social dos Estados e Municípios foram deslocadas para as estruturas das secretarias municipais de educação, muitas vezes transferindo-se também o ônus para as verbas vinculadas à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), previstas no art. 212 da Constituição Federal.

Ao mesmo tempo, pela Emenda à Constituição (EC) nº 14, de 1996, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 60% dos 25% dos impostos vinculados à MDE nos municípios ficaram reservados exclusivamente ao ensino fundamental.

*jm0429t7-200301919*







Se foi bom para a etapa obrigatória da educação básica, o Fundef acabou cortando ou limitando as fontes de financiamento da educação infantil. Tanto isso é verdade que, de 1997 para 2002, as matrículas em creches e pré-escolas públicas pouco avançaram. Pior, deslocaram-se para as redes municipais, comprimindo ainda mais seus gastos dentro dos 10% de impostos vinculados à MDE que, legalmente, poderiam ser aplicados na educação infantil.

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação, procurou contornar a dificuldade, na meta nº 8 do capítulo sobre financiamento:

Estabelecer, nos Municípios, a educação infantil como prioridade para a aplicação dos 10% dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino não reservados para o ensino fundamental.

Esta proposta nem resolve a situação dos municípios com melhor arrecadação, que já vivem os apertos da EC nº 14, de 1999, e das pressões da demanda da população por ensino fundamental e dos professores por melhores salários, nem muito menos a dos municípios pobres, cuja receita é insuficiente diante das necessidades da educação de suas crianças, jovens e adultos.

De outro lado, aumenta na sociedade a demanda por educação infantil, por duas razões principais:

- a) a urbanização e o ingresso das mulheres na força de trabalho as obrigam a contarem com as creches para o cuidado de suas crianças;
- b) a crescente falta de qualidade no ensino fundamental exige, em contrapartida, a matrícula das crianças na rede escolar em idade cada vez mais precoce, sob pena de aumentar o fosso das diferenças sociais que aparecem gritantes no desempenho dos alunos na alfabetização.

Essa situação, além de obrigar a difusão cada vez maior de alternativas de educação e cuidado das crianças menores, tem levado a vários tipos de propostas de financiamento. Algumas são muito tímidas, como a extensão da aplicação da receita do salário-educação à educação infantil. Calcula-se que poderia haver uma injeção de no máximo R\$ 500 milhões

jm0429t7-200301919







anuais, a serem retirados do ensino fundamental e divididos entre 5.561 Municípios, para atender às crianças até seis anos. Outras são muito ousadas, como a extensão do mecanismo do Fundef à educação infantil e ao ensino médio, o que oneraria a União com altas suplementações financeiras, dificilmente suportáveis, no momento, dentro dos recursos dos 18% de seus impostos vinculados à MDE.

A solução que trago à consideração dos membros do Congresso Nacional, por meio da presente Emenda à Constituição, visa concentrar a aplicação do esforço fiscal próprio dos municípios no atendimento de sua clientela de creche e criar, em nível federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Infantil (Funaei), que aglutine recursos de diversas fontes para suplementar os municípios no financiamento de suas creches.

Assim, dentro do marco tributário vigente, cada município passaria a contar com 25% da receita do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto de Renda Retido na Fonte de Servidores Municipais (IRRF-SM) para, obrigatoriamente, investir em creches ou instituições equivalentes que matriculassem crianças até três anos de idade. Esse dispositivo não somente faria crescer as verbas específicas para as creches municipais como criaria um vínculo mais imediato entre os contribuintes dos tributos municipais e os beneficiados. Já as receitas oriundas das transferências de impostos federais e estaduais – Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Produtos Industrializados-Exportação (IPI-Exportação), Lei Complementar (LC) nº 87, de 1996, Imposto Territorial Rural (ITR), Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto Sobre Veículos Automotores (IPVA) – continuariam regidas pelas regras atuais: 60% obrigatoriamente para o ensino fundamental e 40% para as duas primeiras etapas da educação básica, incluindo toda a educação infantil e o ensino fundamental de jovens e adultos.

O Funaei seria constituído, essencialmente, por uma percentagem da receita bruta do Imposto sobre a Renda (IR) e por outra que incide na arrecadação da contribuição social que alimenta o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cuja soma fosse suficiente não para a manutenção, mas para a complementação do financiamento das creches nos Municípios. Estes tributos, por sua natureza, se destinam às políticas sociais e de superação das desigualdades sociais e regionais, dentro do pacto federativo. No caso de 2003,

jm042917-200301919







1% do IR geraria aproximadamente R\$ 650 milhões e 6% do PIS alcançaria cerca de R\$ 770 milhões, o que resultaria na disponibilidade para as creches de R\$ 1.420 milhões no Funaei. A lei federal que regulamentará o Fundo poderá ampliar as fontes de suas receitas – incluindo mesmo outros tributos de arrecadação menor ou menos estável que não cabem no texto constitucional – e, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, legislação própria poderá também disciplinar sua participação específica no financiamento das creches, cumprindo o princípio do regime de colaboração.

A participação de cada município nos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Infantil dar-se-á por critérios objetivos, na proporção direta da demanda ativa de cada um e na proporção inversa da arrecadação, considerando, como preceitua a LDB, em seu art. 75, § 1º, o esforço fiscal do ente federado, na forma da lei que irá regulamentar o Fundo. É desejável que a receita desse Fundo seja a maior possível – preservada a prioridade do ensino obrigatório –, de forma a que não somente haja uma significativa suplementação para aumento de cobertura, como também de qualidade dos serviços de educação e cuidado. Para tanto, observou-se o princípio de que a educação infantil, como política pública, transcende a função ensino e abrange uma gama mais ampla de setores de responsabilidade social do Estado – e, portanto, merece recursos de várias fontes.

Esperando de todos o acolhimento às idéias centrais desta proposta, confio na sensibilidade das senhoras e dos senhores parlamentares, para que transformem em realidade o Fundo que poderá se tornar instrumento de inclusão efetiva de todas as crianças não somente na sociedade brasileira mas na comunidade escolar, a família ampliada que fundamenta nossa cidadania.

Sala das Sessões,

Deputada JANETE CAPIBERIBE

jm0429t7-200301919



83FA0FF212

25/06/03





92/03

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2003

Inserir novos parágrafos no art. 212, instituindo o Fundo Nacional da Educação Infantil (FUNAEI) e fundos municipais para atendimento a crianças de até três anos, e dá nova redação ao art. 239 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** Acrescentam-se ao art. 212 da Constituição Federal os seguintes parágrafos:

“Art. 212. ....

§ 6º Os Municípios instituirão fundos específicos para a manutenção e o desenvolvimento da educação infantil, com o objetivo de assegurar o atendimento às crianças de até três anos de idade.

§ 7º Os fundos a que se refere o parágrafo 6º serão constituídos, entre outros recursos, por não menos de vinte e cinco por cento dos impostos a que se refere o art. 156.

§ 8º O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Infantil, destinado a complementar os recursos municipais voltados para o financiamento da educação infantil, será constituído por:

I – um por cento da receita do imposto a que se refere o art. 153, III;

II – um por cento da receita do imposto a que se refere o art. 153, IV;

jm0429t7-200301919



8E70CBA424





III – seis por cento dos recolhimentos das contribuições a que se refere o *caput* do art. 239.

§ 9º A lei disporá sobre os componentes, a gestão, a fiscalização e os critérios de distribuição dos recursos vinculados aos fundos a que se referem os §§ 6º e 8º. (NR)”

**Art. 2º** O art. 239 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 239.** A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego, a assistência em creches ao dependente de trabalhador e o abono de que trata o § 3º deste artigo.

.....  
(NR)”

**Art. 3º** Esta Emenda entra em vigor no primeiro dia do exercício subsequente ao de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, no capítulo dos direitos sociais, em seu art. 7º, XXV, preceitua que “são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (...) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas”.

No capítulo da educação, cultura e desporto, estabelece, no art. 208, IV, que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

Tradicionalmente, as crianças em idade de creche que necessitem de um cuidado extra-familiar são atendidas em instituições públicas ou comunitárias, ligadas administrativamente aos programas de assistência social,

jm0429t7-200301919







com apoio de autoridades de outras áreas, como a saúde, a justiça e a educação.

Um pequeno número de crianças, geralmente de estratos sociais superiores, tinha o privilégio de freqüentar creches – na maioria privadas e, portanto, pagas – onde o enfoque não era mais o da assistência à mãe trabalhadora, mas o do direito da criança ao desenvolvimento integral, dentro de um projeto pedagógico que incorporava crescentemente os avanços científicos da puericultura, da pediatria, da psicologia, da nutrição e de outras ciências.

Durante a tramitação dos projetos de lei de diretrizes e bases da educação nacional, pouco a pouco se criou a consciência de que todos os brasileiros, independentemente de sua condição social ou familiar, têm direito à educação básica integral, do nascimento à maioridade.

Assim, a educação infantil, destinada às crianças até seis anos de idade, por força da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.294, de 20 de dezembro de 1996, passou a integrar a educação escolar básica, na qualidade de sua primeira etapa de oferta em estabelecimentos públicos e privados.

A mesma lei esclarece, em seu art. 4º, inciso IV, que “o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”.

A educação infantil, pela primeira vez na história do País, mereceu um capítulo próprio na lei máxima da educação, com os seguintes artigos:

**Art. 29.** A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

**Art. 30.** A educação infantil será oferecida em:

- I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.







**Art. 31.** Na educação infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Não obstante a importância que a Constituição e a LDB dão à educação infantil, é muito tímido o avanço de matrículas das crianças em estabelecimentos públicos, principalmente nas creches. Em 2002, de aproximadamente 14 milhões de crianças até três anos, somente 717.307 estavam matriculadas em escolas públicas. Os dados sobre matrículas em instituições privadas, inclusive comunitárias, são frágeis, porque prevalece a oferta de serviços em instituições não cadastradas no censo escolar do Ministério da Educação (MEC). Calcula-se que mais de 2 milhões de crianças de até três anos possam frequentá-las. Os números oficiais do censo escolar registram, porém, somente 435.204 matrículas.

Note-se que a competência de oferta da educação infantil passou, por força do art. 11 da LDB, para a esfera municipal, embora a responsabilidade por seu financiamento caiba, de forma suplementar, aos Estados e à União.

Tornou ainda mais complexa a questão um dispositivo das disposições transitórias da LDB:

**Art. 89.** As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se aos respectivos sistemas de ensino.

Na verdade, as creches administradas e financiadas pela secretaria de ação ou assistência social dos Estados e Municípios foram deslocadas para as estruturas das secretarias municipais de educação, muitas vezes transferindo-se também o ônus para as verbas vinculadas à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), previstas no art. 212 da Constituição Federal.

Ao mesmo tempo, pela Emenda à Constituição (EC) nº 14, de 1996, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 60% dos 25% dos impostos vinculados à MDE nos municípios ficaram reservados exclusivamente ao ensino fundamental.

jm0429t7-200301919







Se foi bom para a etapa obrigatória da educação básica, o Fundef acabou cortando ou limitando as fontes de financiamento da educação infantil. Tanto isso é verdade que, de 1997 para 2002, as matrículas em creches e pré-escolas públicas pouco avançaram. Pior, deslocaram-se para as redes municipais, comprimindo ainda mais seus gastos dentro dos 10% de impostos vinculados à MDE que, legalmente, poderiam ser aplicados na educação infantil.

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação, procurou contornar a dificuldade, na meta nº 8 do capítulo sobre financiamento:

Estabelecer, nos Municípios, a educação infantil como prioridade para a aplicação dos 10% dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino não reservados para o ensino fundamental.

Esta proposta nem resolve a situação dos municípios com melhor arrecadação, que já vivem os apertos da EC nº 14, de 1999, e das pressões da demanda da população por ensino fundamental e dos professores por melhores salários, nem muito menos a dos municípios pobres, cuja receita é insuficiente diante das necessidades da educação de suas crianças, jovens e adultos.

De outro lado, aumenta na sociedade a demanda por educação infantil, por duas razões principais:

- a) a urbanização e o ingresso das mulheres na força de trabalho as obrigam a contarem com as creches para o cuidado de suas crianças;
- b) a crescente falta de qualidade no ensino fundamental exige, em contrapartida, a matrícula das crianças na rede escolar em idade cada vez mais precoce, sob pena de aumentar o fosso das diferenças sociais que aparecem gritantes no desempenho dos alunos na alfabetização.

Essa situação, além de obrigar a difusão cada vez maior de alternativas de educação e cuidado das crianças menores, tem levado a vários tipos de propostas de financiamento. Algumas são muito tímidas, como a extensão da aplicação da receita do salário-educação à educação infantil. Calcula-se que poderia haver uma injeção de no máximo R\$ 500 milhões anuais, a serem retirados do ensino fundamental e divididos entre 5.561

jm0429t7-200301919



8E70CBA424





Municípios, para atender às crianças até seis anos. Outras são muito ousadas, como a extensão do mecanismo do Fundef à educação infantil e ao ensino médio, o que oneraria a União com altas suplementações financeiras, dificilmente suportáveis, no momento, dentro dos recursos dos 18% de seus impostos vinculados à MDE.

A solução que trago à consideração dos membros do Congresso Nacional, por meio da presente Emenda à Constituição, visa concentrar a aplicação do esforço fiscal próprio dos municípios no atendimento de sua clientela de creche e criar, em nível federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Infantil (Funaei), que aglutine recursos de diversas fontes para suplementar os municípios no financiamento de suas creches.

Assim, dentro do marco tributário vigente, cada município passaria a contar com 25% da receita do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto de Renda Retido na Fonte de Servidores Municipais (IRRF-SM) para, obrigatoriamente, investir em creches ou instituições equivalentes que matriculassem crianças até três anos de idade. Esse dispositivo não somente faria crescer as verbas específicas para as creches municipais como criaria um vínculo mais imediato entre os contribuintes dos tributos municipais e os beneficiados. Já as receitas oriundas das transferências de impostos federais e estaduais – Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Produtos Industrializados-Exportação (IPI-Exportação), Lei Complementar (LC) nº 87, de 1996, Imposto Territorial Rural (ITR), Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto Sobre Veículos Automotores (IPVA) – continuariam regidas pelas regras atuais: 60% obrigatoriamente para o ensino fundamental e 40% para as duas primeiras etapas da educação básica, incluindo toda a educação infantil e o ensino fundamental de jovens e adultos.

O Funaei seria constituído, essencialmente, por uma percentagem da receita bruta do Imposto sobre a Renda (IR) e por outra que incide na arrecadação da contribuição social que alimenta o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cuja soma fosse suficiente não para a manutenção, mas para a complementação do financiamento das creches nos Municípios. Estes tributos, por sua natureza, se destinam às políticas sociais e de superação das desigualdades sociais e regionais, dentro do pacto federativo. No caso de 2003, 1% do IR geraria aproximadamente R\$ 650 milhões e 6% do PIS

jm0429t7-200301919



8E70CBA424



alcançaria cerca de R\$ 770 milhões, o que resultaria na disponibilidade para as creches de R\$ 1.420 milhões no Funaei. A lei federal que regulamentará o Fundo poderá ampliar as fontes de suas receitas – incluindo mesmo outros tributos de arrecadação menor ou menos estável que não cabem no texto constitucional - e, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, legislação própria poderá também disciplinar sua participação específica no financiamento das creches, cumprindo o princípio do regime de colaboração.

A participação de cada município nos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Infantil dar-se-á por critérios objetivos, na proporção direta da demanda ativa de cada um e na proporção inversa da arrecadação, considerando, como preceitua a LDB, em seu art. 75, § 1º, o esforço fiscal do ente federado, na forma da lei que irá regulamentar o Fundo. É desejável que a receita desse Fundo seja a maior possível – preservada a prioridade do ensino obrigatório –, de forma a que não somente haja uma significativa suplementação para aumento de cobertura, como também de qualidade dos serviços de educação e cuidado. Para tanto, observou-se o princípio de que a educação infantil, como política pública, transcende a função ensino e abrange uma gama mais ampla de setores de responsabilidade social do Estado – e, portanto, merece recursos de várias fontes.

Esperando de todos o acolhimento às idéias centrais desta proposta, confio na sensibilidade das senhoras e dos senhores parlamentares, para que transformem em realidade o Fundo que poderá se tornar instrumento de inclusão efetiva de todas as crianças não somente na sociedade brasileira mas na comunidade escolar, a família ampliada que fundamenta nossa cidadania.

Sala das Sessões,

*Janete Capiberibe*  
Deputada JANETE CAPIBERIBE

11/06/03



8E70CBA424





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Seção de Registro e Controle e de Análise de Proposições

Ofício n.º 131 / 2003


Brasília, 1 de julho de 2003.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição da Sra. Deputada JANETE CAPIBERIBE E OUTROS, que "**Cria o Fundo Nacional de Educação Infantil - Funaei**", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

173 assinaturas confirmadas;  
004 assinaturas não confirmadas;  
003 deputados licenciados;  
003 assinaturas repetidas.

Atenciosamente,

  
RUTHIER DE SOUSA SILVA  
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
N E S T A



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

**SGM - SECAP (7503)**

**Conferência de Assinaturas**

01/07/03 15:26:52

Página: 001

**Proposição:** PEC 0105/03

**Autor da Proposição:** JANETE CAPIBERIBE E OUTROS

**Data de Apresentação:** 25/06/03

**Ementa:** Cria o Fundo Nacional de Educação Infantil - Funaei

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas	173
Não Conferem	004
Fora do Exercício	003
Repetidas	003
Ilegíveis	000
Retiradas	000

## Assinaturas Confirmadas

1	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC
2	ALBERTO FRAGA	PMDB	DF
3	ALCEU COLLARES	PDT	RS
4	ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ
5	ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
6	ALMEIDA DE JESUS	PL	CE
7	ALMERINDA DE CARVALHO	PSB	RJ
8	ALMIR MOURA	PL	RJ
9	ANDRÉ LUIZ	PMDB	RJ
10	ANIVALDO VALE	PSDB	PA
11	ANN PONTES	PMDB	PA
12	ANSELMO	PT	RO
13	ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE
14	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO	PFL	BA
15	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
16	ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA
17	ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR
18	ÁTILA LINS	PPS	AM
19	BABÁ	PT	PA
20	BASSUMA	PT	BA
21	BENEDITO DE LIRA	PP	AL
22	BENJAMIN MARANHÃO	PMDB	PB
23	BERNARDO ARISTON	PSB	RJ
24	BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS
25	BOSCO COSTA	PSDB	SE
26	CABO JÚLIO	PSB	MG
27	CARLOS MOTA	PL	MG



28	CARLOS NADER	PFL	RJ
29	CARLOS SOUZA	PL	AM
30	CARLOS WILLIAN	PSB	MG
31	CASARA	PSDB	RO
32	CELSO RUSSOMANNO	PP	SP
33	CÉSAR BANDEIRA	PFL	MA
34	CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG
35	CORONEL ALVES	PL	AP
36	COSTA FERREIRA	PFL	MA
37	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
38	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
39	DAVI ALCOLUMBRE	PDT	AP
40	DELFIN NETTO	PP	SP
41	DIMAS RAMALHO	PPS	SP
42	DR. BENEDITO DIAS	PP	AP
43	DR. EVILÁSIO	PSB	SP
44	DR. FRANCISCO GONÇALVES	PTB	MG
45	DR. HÉLIO	PDT	SP
46	DR. RIBAMAR ALVES	PSB	MA
47	DR. RODOLFO PEREIRA	PDT	RR
48	EDSON DUARTE	PV	BA
49	EDSON EZEQUIEL	PSB	RJ
50	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
51	EDUARDO CAMPOS	PSB	PE
52	EDUARDO CUNHA	PP	RJ
53	EDUARDO GOMES	PSDB	TO
54	EDUARDO SEABRA	PTB	AP
55	ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP
56	FERNANDO GABEIRA	PT	RJ
57	FRANCISCO GARCIA	PP	AM
58	GERALDO RESENDE	PPS	MS
59	GERVÁSIO SILVA	PFL	SC
60	GIACOBO	PL	PR
61	GILBERTO NASCIMENTO	PSB	SP
62	GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL
63	GONZAGA MOTA	PSDB	CE
64	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
65	HELENO SILVA	PL	SE
66	HOMERO BARRETO	PTB	TO
67	IBRAHIM ABI-ACKEL	PP	MG
68	ILDEU ARAUJO	PRONA	SP
69	INALDO LEITÃO	PSDB	PB
70	INOCÊNCIO OLIVEIRA	PFL	PE
71	ISAÍAS SILVESTRE	PSB	MG
72	IVAN RANZOLIN	PP	SC
73	JACKSON BARRETO	PTB	SE
74	JAIME MARTINS	PL	MG
75	JAIR BOLSONARO	PTB	RJ



76	JAMIL MURAD	PCdoB	SP
77	JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP
78	JEFFERSON CAMPOS	PSB	SP
79	JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
80	JOÃO CASTELO	PSDB	MA
81	JOÃO CORREIA	PMDB	AC
82	JOÃO LEÃO	PL	BA
83	JOÃO MATOS	PMDB	SC
84	JOÃO MENDES DE JESUS	PDT	RJ
85	JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB	ES
86	JOSÉ IVO SARTORI	PMDB	RS
87	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL	DF
88	JÚLIO CESAR	PFL	PI
89	JÚLIO DELGADO	PPS	MG
90	JULIO LOPES	PP	RJ
91	JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP
92	JÚNIOR BETÃO	PPS	AC
93	LEONARDO VILELA	PP	GO
94	LUCIANO CASTRO	PL	RR
95	LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP
96	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO
97	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
98	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP
99	LUPÉRCIO RAMOS	PPS	AM
100	MANATO	PDT	ES
101	MARCELINO FRAGA	PMDB	ES
102	MARCELO CASTRO	PMDB	PI
103	MARCONDES GADELHA	PFL	PB
104	MARCOS ABRAMO	PFL	SP
105	MARCOS DE JESUS	PL	PE
106	MARIA HELENA	PMDB	RR
107	MARINHA RAUPP	PMDB	RO
108	MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PL	MG
109	MÁRIO NEGROMONTE	PP	BA
110	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PSB	AL
111	MAURÍCIO RABELO	PL	TO
112	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE
113	MAX ROSENMAN	PMDB	PR
114	MEDEIROS	PL	SP
115	MIGUEL DE SOUZA	PL	RO
116	MILTON CARDIAS	PTB	RS
117	MIRIAM REID	PSB	RJ
118	MORONI TORGAN	PFL	CE
119	NEIVA MOREIRA	PDT	MA
120	NELSON BORNIER	PSB	RJ
121	NELSON MEURER	PP	PR
122	NELSON PROENÇA	PPS	RS
123	NELSON TRAD	PMDB	MS



124	NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA
125	NILSON MOURÃO	PT	AC
126	NILTON CAPIXABA	PTB	RO
127	OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	MG
128	PAES LANDIM	PFL	PI
129	PASTOR AMARILDO	PSB	TO
130	PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO	PSB	PE
131	PASTOR FRANKEMBERGEN	PTB	RR
132	PAULO AFONSO	PMDB	SC
133	PAULO BALTAZAR	PSB	RJ
134	PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ
135	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
136	PEDRO IRUJO	PFL	BA
137	PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC
138	PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB
139	RAFAEL GUERRA	PSDB	MG
140	RAUL JUNGSMANN	PMDB	PE
141	RENATO CASAGRANDE	PSB	ES
142	RENATO COZZOLINO	PSC	RJ
143	ROBÉRIO NUNES	PFL	BA
144	ROBERTO FREIRE	PPS	PE
145	ROBERTO GOUVEIA	PT	SP
146	RODRIGO MAIA	PFL	RJ
147	ROGÉRIO TEÓFILO	PFL	AL
148	ROMEL ANIZIO	PP	MG
149	ROMMEL FEIJÓ	PSDB	CE
150	RONALDO DIMAS	PSDB	TO
151	ROSE DE FREITAS	PSDB	ES
152	SALVADOR ZIMBALDI	PSDB	SP
153	SANDES JÚNIOR	PP	GO
154	SANDRA ROSADO	PMDB	RN
155	SANDRO MATOS	PSB	RJ
156	SARNEY FILHO	PV	MA
157	SERAFIM VENZON	S.PART.	SC
158	SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG
159	SUELY CAMPOS	PP	RR
160	TAKAYAMA	PSB	PR
161	VALDENOR GUEDES	PP	AP
162	VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM
163	VIEIRA REIS	PMDB	RJ
164	WALDEMIR MOKA	PMDB	MS
165	WALTER FELDMAN	PSDB	SP
166	WASHINGTON LUIZ	PT	MA
167	WILSON SANTOS	PSDB	MT
168	WLADIMIR COSTA	PMDB	PA
169	ZÉ LIMA	PP	PA
170	ZELINDA NOVAES	PFL	BA
171	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA



172	ZICO BRONZEADO	PT	AC
173	ZONTA	PP	SC

**Assinaturas que Não Conferem**

1	COLBERT MARTINS	PPS	BA
2	FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR
3	JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA
4	NEY LOPES	PFL	RN

**Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício**

1	NARCISO MENDES	PPB	AC
2	PAULO RATTES	PSB	RJ
3	WAGNER LAGO	PDT	MA

**Assinaturas Repetidas**

1	JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP
2	SANDES JÚNIOR	PP	GO
3	SARNEY FILHO	PV	MA



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Abelardo Lupion PFL 522 \_\_\_\_\_

Adão Pretto PT 271 \_\_\_\_\_

Adauto Pereira PFL 221 \_\_\_\_\_

Adelor Vieira PMDB 441 \_\_\_\_\_

Affonso Camargo PSDB 233 \_\_\_\_\_

Agnaldo Muniz PPS 833 \_\_\_\_\_

Alberto Fraga PMDB 321 \_\_\_\_\_

Alberto Goldman PSDB 324 \_\_\_\_\_

Alceste Almeida PMDB 902 \_\_\_\_\_

Alceu Collares PDT 807 \_\_\_\_\_

Aldo Rebelo PCdoB 924 \_\_\_\_\_

Alex Canziani PTB 842 \_\_\_\_\_

Alexandre Cardoso PSB 205 \_\_\_\_\_



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Alexandre Santos PSDB 331

Alice Portugal PCdoB 456

Almeida De Jesus PL 313

Almerinda De Carvalho PSB 216

Almir Moura PL 639

Aloysio Nunes Ferreira PSDB 626

Álvaro Dias PDT 660

Amauri Robledo Gasques PRONA 354

André De Paula PFL 423

André Luiz PMDB 858

André Zacharow PDT 737

Angela Guadagnin PT 270

Aníbal Gomes PMDB 731

Anivaldo Vale PSDB 570

*Alice Portugal*

*Almeida de Jesus*

*Almir Moura*


*André Luiz*

*André Zacharow*




# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Ann Pontes PMDB 919

*Pontes* 

Anselmo PT 802



Antonio Cambraia PSDB 708

*Antonio Cambraia*  
*Antonio Cambraia*

Antônio Carlos Biffi PT 385

Antonio Carlos Biscaia PT 414

Antônio Carlos Magalhães Neto PFL 939

*Magalhães Neto*

Antonio Carlos Mendes Thame PSDB 624

*Thame*

Antonio Carlos Pannunzio PSDB 403

Antonio Cruz PTB 368

Antonio Joaquim PPB 536

Antonio Nogueira PT 426

Ariosto Holanda PSDB 575

Arlindo Chinaglia PT 706

Armando Monteiro PMDB 434



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Arnaldo Faria De Sá      PTB      929      \_\_\_\_\_

Arnon Bezerra      PSDB      413      \_\_\_\_\_

Aroldo Cedraz      PFL      928      \_\_\_\_\_

Ary Vanazzi      PT      369      \_\_\_\_\_

Asdrubal Bentes      PMDB      410      \_\_\_\_\_

Assis Miguel Do Couto      PT      428      \_\_\_\_\_

Athos Avelino      PPS      744      \_\_\_\_\_

Átila Lins      PPS      730      \_\_\_\_\_

Átila Lira      PSDB      640      \_\_\_\_\_

Augusto Nardes      PPB      936      \_\_\_\_\_

B. Sá      PPS      643      \_\_\_\_\_

Babá      PT      480      \_\_\_\_\_

Barbosa Neto      PMDB      736      \_\_\_\_\_

Bassuma      PT      617      \_\_\_\_\_



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Arnaldo Faria De Sá	PTB	929	_____
Arnon Bezerra	PSDB	413	_____
Aroldo Cedraz	PFL	928	_____
Ary Vanazzi	PT	369	_____
Asdrubal Bentes	PMDB	410	<i>Asdrubal Bentes</i> C
Assis Miguel Do Couto	PT	428	_____
Athos Avelino	PPS	744	_____
Átila Lins	PPS	730	<i>Átila Lins</i> C
Átila Lira	PSDB	640	<i>Átila Lira</i> C
Augusto Nardes	PPB	936	_____
B. Sá	PPS	643	_____
Babá	PT	480	_____
Barbosa Neto	PMDB	736	_____
Bassuma	PT	617	_____



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Benedito De Lira	PPB	942
Benjamin Maranhão	PMDB	380
Bernardo Ariston	PSB	710
Beto Albuquerque	PSB	338
Bismarck Maia	PSDB	622
Bispo Rodrigues	PL	613
Bispo Wanderval	PL	348
Bonifácio De Andrada	PSDB	235
Bosco Costa	PSDB	722
Cabo Júlio	PSB	327
Carlito Merss	PT	273
Carlos Abicalil	PT	623
Carlos Alberto Leréia	PSDB	830
Carlos Dunga	PTB	236

*Benedito De Lira*

*Benjamin Maranhão*

*Bernardo Ariston*

*Beto Albuquerque*

*Bonifácio De Andrada*

*Bosco Costa*

*Cabo Júlio*



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Carlos Eduardo Cadoca PMDB 415

Carlos Melles PFL 243

Carlos Mota PL 739

Carlos Nader PFL 917

Carlos Sampaio PSDB 581

Carlos Santana PT 286

Carlos Souza PL 569

Carlos Willian PSB 472

Celcita Pinheiro PFL 528

Celso Russomanno PPB 756

César Bandeira PFL 502

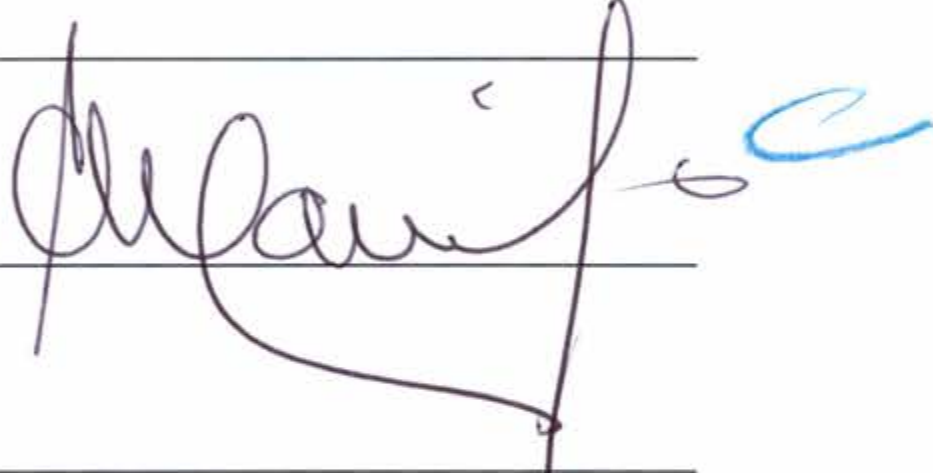

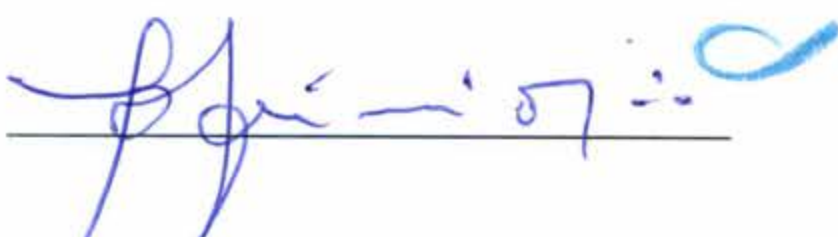
César Medeiros PT 530

Cezar Schirmer PMDB 228

Cezar Silvestri PPS 476



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Chico Alencar	PT	848	
Chico Da Princesa	PL	633	
Ciro Nogueira	PFL	619	
Claudio Cajado	PFL	630	
Cláudio Magrão	PPS	550	
Cleonânicio Fonseca	PPB	824	
Cleuber Carneiro	PFL	201	
Clóvis Fecury	PFL	923	
Colbert Martins	PPS	319	
Colombo	PT	384	
Confúcio Moura	PMDB	240	
Corauci Sobrinho	PFL	460	
Coriolano Sales	PFL	832	
Coronel Alves	PL	419	



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Costa Ferreira	PFL	852	
Custódio Mattos	PSDB	417	
Daniel Almeida	PCdoB	317	
Darci Coelho	PFL	309	
Darcísio Perondi	PMDB	518	
Davi Alcolumbre	PDT	231	
Deley	PV	432	
Delfim Netto	PPB	511	
Devanir Ribeiro	PT	537	
Dilceu Sperafico	PPB	746	
Dimas Ramalho	PPS	658	
Dr. Benedito Dias	PPB	926	
Dr. Evilásio	PSB	454	
Dr. Francisco Gonçalves	PTB	302	



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Dr. Heleno PSDB 628

Dr. Hélio PDT 734

Dr. Pinotti PMDB 525

Dr. Ribamar Alves PSB 729

Dr. Rodolfo Pereira PDT 546

Dr. Rosinha PT 474

Dra. Clair PT 469

Durval Orlato PT 820

Edison Andrino PMDB 703

Edmar Moreira PL 606

Edna Macedo PTB 816

Edson Duarte PV 535

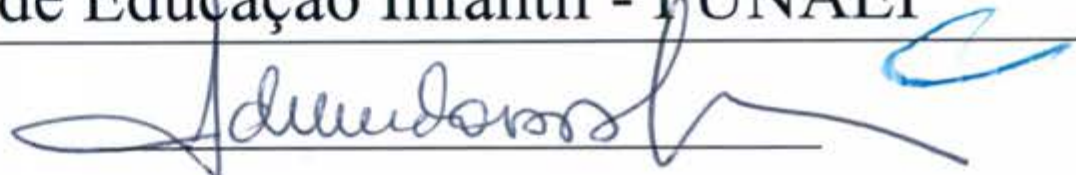
Edson Ezequiel PSB 748

Eduardo Barbosa PSDB 540



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Eduardo Campos PSB 846



Eduardo Cunha PPB 510



Eduardo Gomes PSDB 950



Eduardo Paes PFL 742



Eduardo Sciarra PFL 433



Eduardo Seabra PTB 303



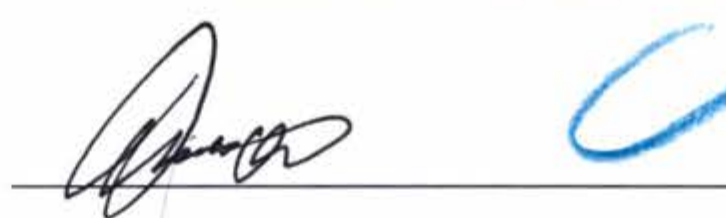
Eduardo Valverde PT 435



Elaine Costa PTB 728



Elimar Máximo Damasceno PRONA 446



Eliseu Padilha PMDB 209



Eliseu Resende PFL 204



Enéas PRONA 306



Enio Bacci PDT 930



Enio Tatico PTB 911





## Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Enivaldo Ribeiro	PPB	840	_____
Érico Ribeiro	PPB	741	_____
Eunício Oliveira	PMDB	244	_____
Fábio Souto	PFL	827	_____
Fátima Bezerra	PT	213	_____
Félix Mendonça	PTB	912	_____
Fernando De Fabinho	PFL	904	_____
Fernando Diniz	PMDB	307	_____
Fernando Ferro	PT	427	_____
Fernando Gabeira	PT	332	<i>Fernando Gabeira</i>
Fernando Gonçalves	PTB	272	_____
Feu Rosa	PSDB	960	_____
Francisca Trindade	PT	264	_____
Francisco Appio	PPB	424	_____



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Francisco Dornelles PPB 512

Francisco Garcia PPS 520

Francisco Rodrigues PFL 304

Francisco Turra PPB 801

Gastão Vieira PMDB 554

Geddel Vieira Lima PMDB 612

Geraldo Resende PPS 905

Geraldo Thadeu PPS 248

Gerson Gabrielli PFL 439

Gervásio Silva PFL 418

Giacobo PPS 762

Gilberto Kassab PFL 828

Gilberto Nascimento PSB 910

Gilmar Machado PT 262



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Givaldo Carimbão PSB 732

Gonzaga Mota PSDB 636

Gonzaga Patriota PSB 430

Guilherme Menezes PT 743

Gustavo Fruet PMDB 821

Helenildo Ribeiro PSDB 505

Heleno Silva PL 350

Hélio Esteves PT 704

Henrique Afonso PT 645

Henrique Eduardo Alves PMDB 539

Henrique Fontana PT 277

Herculano Anghinetti PPB 241

Hermes Parciannelo PMDB 234

Homero Barreto PTB 839

HAMILTON CASARA - PSDB - RD 342: R

13/37



## Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Humberto Michiles	PL	580	_____
Iara Bernardi	PT	360	_____
Ibrahim Abi-Ackel	PPB	545	<u>Ibrahim Abi-Ackel</u> C
Ildeu Araujo	PRONA	382	_____
Inácio Arruda	PCdoB	582	_____
Inaldo Leitão	PSDB	605	<u>Inaldo Leitão</u> C
Inocência Oliveira	PFL	26	_____
Iriny Lopes	PT	267	_____
Iris Simões	PTB	948	_____
Isaías Silvestre	PSB	531	_____
Itamar Serpa	PSDB	279	_____
Ivan Ranzolin	PPB	601	_____
Ivan Valente	PT	716	_____
Ivo José	PT	573	_____



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Humberto Michiles	PL	580	_____
Iara Bernardi	PT	360	_____
Ibrahim Abi-Ackel	PPB	545	_____
Ildeu Araujo	PRONA	382	_____
Inácio Arruda	PCdoB	582	_____
Inaldo Leitão	PSDB	605	_____
Inocência Oliveira	PFL	26	_____
Iriny Lopes	PT	267	_____
Iris Simões	PTB	948	_____
Isaías Silvestre	PSB	531	_____
Itamar Serpa	PSDB	279	_____
Ivan Ranzolin	PPB	601	_____
Ivan Valente	PT	716	_____
Ivo José	PT	573	_____

*Ildeu Araujo* C

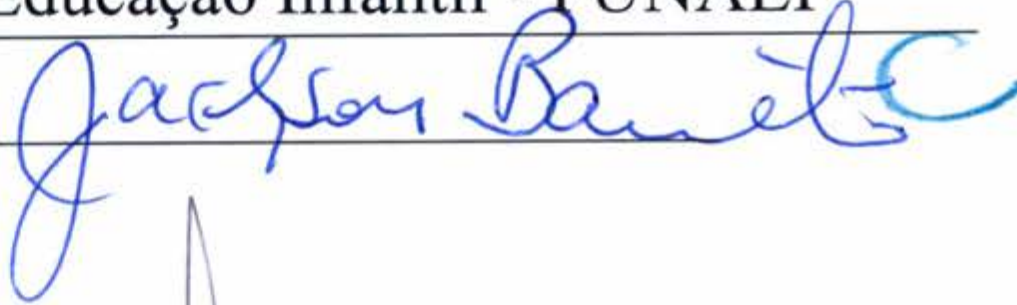

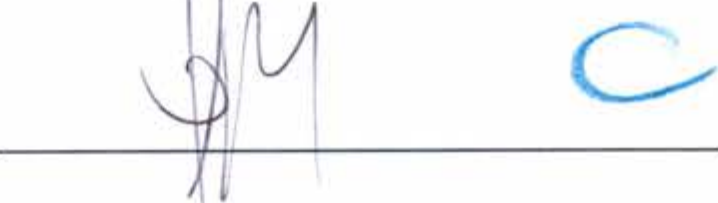


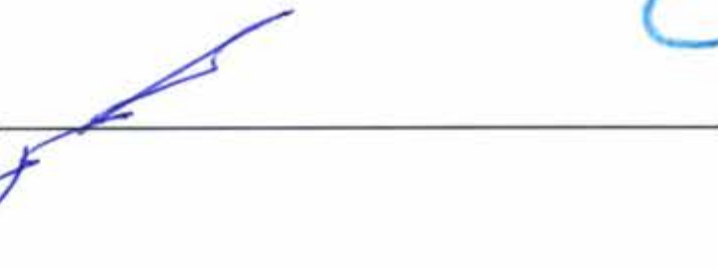


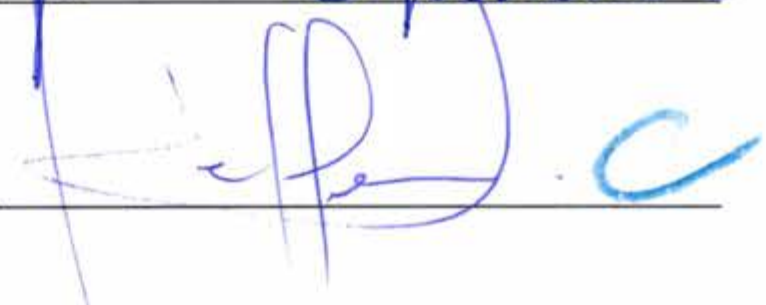



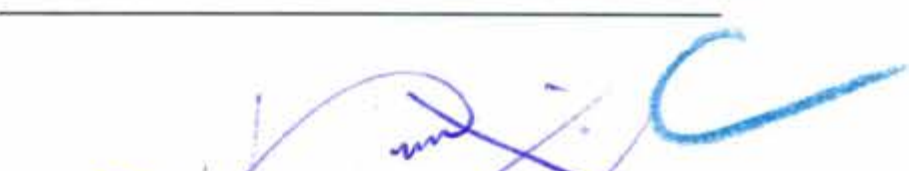

*Inaldo Leitão*

*Isaías Silvestre* C

*Ivan Ranzolin* C



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Jackson Barreto	PTB/SE PMN	733	
Jader Barbalho	PMDB	831	
Jaime Martins	PL	333	
Jair Bolsonaro	PTB	482	
Jairo Carneiro	PFL	420	
Jamil Murad	PCdoB	437	
Jandira Feghali	PCdoB	421	
Janete Capiberibe	PSB	223	
Jefferson Campos	PSB	341	
João Alfredo	PT	566	
João Almeida	PSDB	652	
João Batista	PFL	962	
João Caldas	PL	440	
João Campos	PSDB	315	



## Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

João Carlos Bacelar PFL 155

João Castelo PSDB 654

João Correia PMDB 358

João Fontes PT 256

João Grandão PT 484

João Herrmann Neto PPS 913

João Leão PL 320

João Lyra PTB 915

João Magalhães PTB 211

João Magno PT 283

João Matos PMDB 720

João Mendes De Jesus PDT 572

João Paulo Cunha PT 715

João Paulo Gomes Da Silva PL 933



## Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

João Pizzolatti	PPB	258	_____
Joaquim Francisco	PFL	425	_____
Jonival Lucas Junior	PMDB	815	_____
Jorge Alberto	PMDB	723	_____
Jorge Bittar	PT	232	_____
Jorge Boeira	PT	335	_____
José Borba	PMDB	616	_____
José Carlos Aleluia	PFL	856	_____
José Carlos Araújo	PFL	280	_____
José Carlos Elias	PTB	230	_____
José Carlos Martinez	PTB	513	_____
José Chaves	PMDB	436	_____
José Divino	PMDB	586	_____
José Eduardo Cardozo	PT	381	_____

NIC



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

José Ivo Sartori PMDB 927

*José Ivo Sartori*

José Janene PPB 608

José Linhares PPB 860

José Mendonça Bezerra PFL 314

José Mentor PT 803

José Militão PTB 402

José Múcio Monteiro PSDB 458

José Pimentel PT 281

José Priante PMDB 752

*Amada*

José Roberto Arruda PFL 735

José Rocha PFL 908

José Santana De Vasconcellos PFL 854

José Thomaz Nonô PFL 812

Josias Gomes PT 701



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Josué Bengtson	PTB	305	
Jovair Arantes	PSDB	504	
Jovino Cândido	PV	238	
Juíza Denise Frossard	PSDB	330	
Júlio Cesar	PFL	944	<i>Julio Cesar</i>
Júlio Delgado	PPS	323	<i>Delgado</i>
Julio Lopes	PPB	334	<i>Julio Lopes</i>
Júlio Redecker	PPB	621	
Julio Semeghini	PSDB	242	
Júnior Betão	PPS	817	
Jutahy Junior	PSDB	407	
Kátia Abreu	PFL	316	
Kelly Moraes	PTB	714	
Lael Varella	PFL	721	


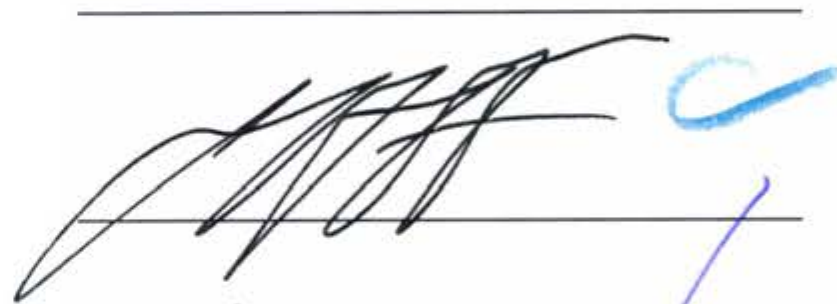
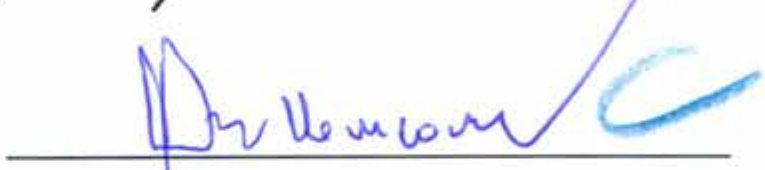



## Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Laura Carneiro	PFL	516	
Lavoisier Maia	PSB	558	
Leandro Vilela	PMDB	574	
Léo Alcântara	PSDB	726	
Leodegar Tiscoski	PPB	254	
Leonardo Mattos	PV	914	
Leonardo Monteiro	PT	922	
Leonardo Picciani	PMDB	325	
Leonardo Vilela	PPB	934	
Leônidas Cristino	PPS	938	
Lincoln Portela	PL	615	
Lindberg Farias	PT	285	
Lobbe Neto	PSDB	718	
Luci Choinacki	PT	282	



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Lúcia Braga	PMN	642	
Luciana Genro	PT	203	
Luciano Castro	<del>PFL</del> PL	401	
Luciano Leitoa	PDT	529	
Luciano Zica	PT	627	
Luis Carlos Heinze	PPB	526	
Luiz Alberto	PT	954	
Luiz Antonio Fleury	PTB	945	
Luiz Bittencourt	PMDB	844	
Luiz Carlos Hauly	PSDB	220	
Luiz Carlos Santos	PFL	836	
Luiz Carreira	PFL	408	
Luiz Couto	PT	442	
Luiz Eduardo Greenhalgh	PT	466	



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Luiz Piauhyllino      PSDB      224      \_\_\_\_\_

Luiz Sérgio      PT      265      \_\_\_\_\_

Luiza Erundina      PSB      620      \_\_\_\_\_

Lupércio Ramos      PPS      225      \_\_\_\_\_

Machado      PFL      850      \_\_\_\_\_

Manato      PDT      217      \_\_\_\_\_

Maninha      PT      952      \_\_\_\_\_

Manoel Salviano      PSDB      725      \_\_\_\_\_

Marcelino Fraga      PMDB      322      \_\_\_\_\_

Marcello Siqueira      PMDB      339      \_\_\_\_\_

Marcelo Castro      PMDB      811      \_\_\_\_\_

Marcelo Guimarães Filho      PFL      521      \_\_\_\_\_

Marcelo Ortiz      PV      931      \_\_\_\_\_

*Manoel Benevides*  
Marcelo Teixeira      PMDB      210      \_\_\_\_\_



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Márcio Reinaldo Moreira PPB 819

Marcondes Gadelha PFL 214

Marcos <sup>ABRAMO</sup> ~~Abraão~~ PFL 311

Marcos De Jesus PL 745

Marcus Vicente PTB 362

Maria Do Carmo Lara PT 373

Maria Do Rosário PT 471

Maria Helena PMDB 909

Maria Lucia PMDB 533

Mariângela Duarte PT 371

Marinha Raupp PMDB 614

Mário Assad Júnior PL 252

Mário Heringer PDT 212

Mário Negromonte PPB 345



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Maurício Quintella Lessa PSB 941

Maurício Rabelo PL 958

Maurício Rands PT 237

Mauro Lopes PMDB 841

Mauro Passos PT 337

Max Rosenmann PMDB 758

Medeiros PL 946

Mendes Ribeiro Filho PMDB 222

Mendonça Prado PFL 508

Michel Temer PMDB 14

Miguel Arraes PSB 207

Miguel De Souza PL 713

Milton Barbosa PFL 422

Milton Cardias PTB 705



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Milton Monti PL 328

Miriam Reid PSB 611

Miriam Reid C

Moacir Micheletto PMDB 478

Moisés Lipnik PDT 672

Moraes Souza PMDB 711

Moraes Souza ✓

Moreira Franco PMDB 301

Moroni Torgan PFL 445

Moroni Torgan O

Múcio Sá PTB 609

Murilo Zauith PFL 479

Mussa Demes PFL 712

Narcio Rodrigues PSDB 431

Narciso Mendes PPB 656

Neiva Moreira PDT 826

Neiva Moreira C

Nélio Dias PPB 843



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Nelson Bornier PSB 576

Nelson Marquezelli PTB 920

Nelson Meurer PPB 916

Nelson Pellegrino PT 671

Nelson Proença PPS 804

Nelson Trad PTB 452

Neucimar Fraga PL 901

Neuton Lima PTB 509

Ney Lopes PFL 326

Neyde Aparecida PT 638

Nice Lobão PFL 215


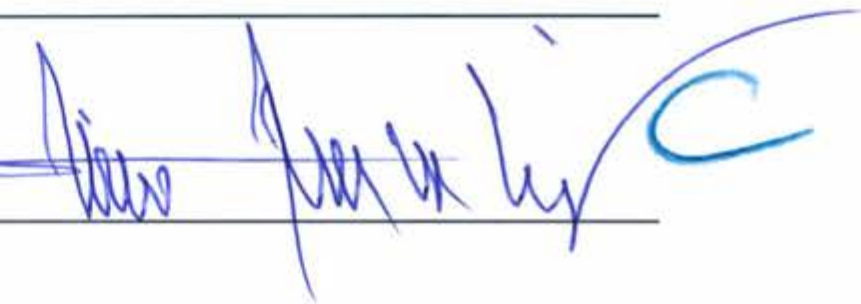
Nicias Ribeiro PSDB 278

Nilson Mourão PT 376

Nilson Pinto PSDB 527



## Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Nilton Baiano	PPB	618	
Nilton Capixaba	PTB	318	
Odair	PT	556	
Odílio Balbinotti	PMDB	604	
Olavo Calheiros	PMDB	907	
Oliveira Filho	PL	635	
Onyx Lorenzoni	PFL	374	
Orlando Desconsi	PT	329	
Orlando Fantazzini	PT	579	
Osmânio Pereira	PSDB	602	
Osmar Serraglio	PMDB	845	
Osório Adriano	PFL	562	
Osvaldo Biolchi	PMDB	925	
Osvaldo Coelho	PFL	444	



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Osvaldo Reis PMDB 835

Paes Landim PFL 648

Pastor Amarildo PSB 218

Pastor Francisco Olímpio PSB 475

Pastor Frankembergen PTB 577

Pastor Pedro Ribeiro PTB 548

Pastor Reinaldo PTB 438

Patrus Ananias PT 578

Pauderney Avelino PFL 260

Paulo Afonso PMDB 276

Paulo Baltazar PSB 515

Paulo Bauer PFL 383

Paulo Bernardo PT 806

Paulo Delgado PT 268



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Paulo Feijó	PSDB	346	<u>Paulo Feijó</u>
Paulo Gouvêa	PL	641	_____
Paulo Kobayashi	PSDB	727	_____
Paulo Lima	PMDB	507	_____
Paulo Magalhães	PFL	903	_____
Paulo Marinho	PFL	921	_____
Paulo Pimenta	PT	552	_____
Paulo Rattes	PSB	646	_____
Paulo Rocha	PT	483	_____
Paulo Rubem Santiago	PT	229	_____
Pedro Chaves	PMDB	406	_____
Pedro Corrêa	PPB	717	_____
Pedro Fernandes	PTB	814	_____
Pedro Henry	PPB	829	_____

## Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Paulo Feijó	PSDB	346	_____
Paulo Gouvêa	PL	641	_____
Paulo Kobayashi	PSDB	727	_____
Paulo Lima	PMDB	507	_____
Paulo Magalhães	PFL	903	_____
Paulo Marinho	PFL	921	_____
Paulo Pimenta	PT	552	_____
Paulo Rattes	PSB	646	_____
Paulo Rocha	PT	483	_____
Paulo Rubem Santiago	PT	229	_____
Pedro Chaves	PMDB	406	_____
Pedro Corrêa	PPB	717	_____
Pedro Fernandes	PTB	814	_____
Pedro Henry	PPB	829	_____



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Pedro Irujo PFL 818

Pedro Novais PMDB 813

Perpétua Almeida PCdoB 625

Philemon Rodrigues PTB 226

Pompeo De Mattos PDT 810

Professor Irapuan Teixeira PRONA 481

Professor Luizinho PT 404

Professora Raquel Teixeira PSDB 206

Promotor Afonso Gil PCdoB 370

Rafael Guerra PSDB 239

Raimundo Santos PL 809

Raul Jungmann PMDB 367

Reginaldo Germano PFL 310

Reginaldo Lopes PT 565

# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Reinaldo Betão PL 631 \_\_\_\_\_

Remi Trinta PL 543 \_\_\_\_\_

Renato Casagrande PSB 662 \_\_\_\_\_

Renato Cozzolino PSC 375 \_\_\_\_\_

Renildo Calheiros PCdoB 356 \_\_\_\_\_

Ricardo Barros PPB 412 \_\_\_\_\_

Ricardo Fiuza PPB 918 \_\_\_\_\_

Ricardo Izar PTB 634 \_\_\_\_\_

Ricardo Rique PSDB 805 \_\_\_\_\_

Ricarte De Freitas PTB 822 \_\_\_\_\_

Robério Nunes PFL 544 \_\_\_\_\_

Roberto Balestra PPB 219 \_\_\_\_\_

Roberto Brant PFL 450 \_\_\_\_\_

Roberto Freire PPS 637 \_\_\_\_\_



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Roberto Gouveia PT 568

Roberto Jefferson PTB 208

Roberto Magalhães PSDB 503

Roberto Pessoa PFL 607

Robson Tuma PFL 834

Rodrigo Maia PFL 308

Rogério Silva PPS 284

Rogério Teófilo PFL 416

Romel Anizio PPB 862

Romeu Queiroz PTB 250






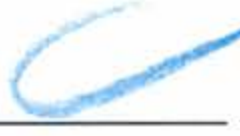
Rommel Feijó PSDB 506

Ronaldo Caiado PFL 227

Ronaldo Dimas PSDB 943




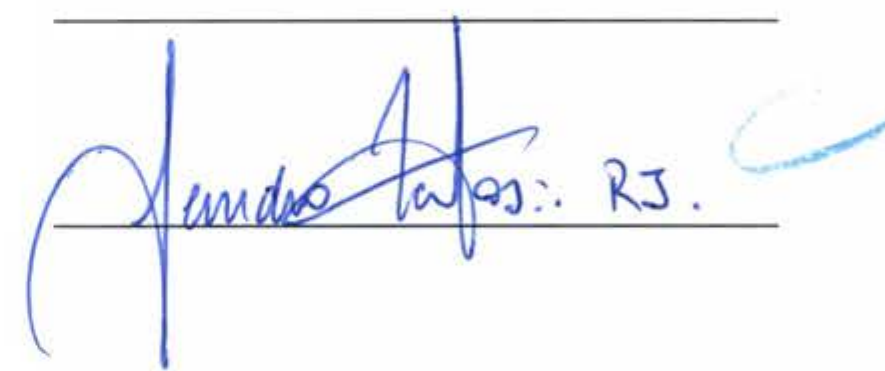
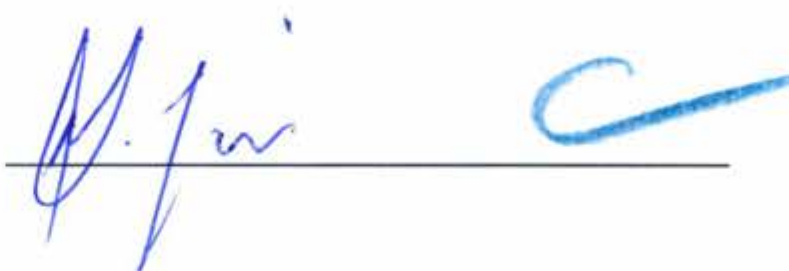

Ronaldo Vasconcellos PTB 246

# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Ronivon Santiago	PPB	906	_____
Rose De Freitas	PSDB	937	_____  
Rubens Otoni	PT	501	_____
Rubinelli	PT	344	_____
Salvador Zimbaldi	PSDB	538	_____
Sandes Júnior	PPB	702	_____  
Sandra Rosado	PMDB	650	_____
Sandro Mabel	PL	443	_____
Sandro Matos	PSB	517	_____
Saraiva Felipe	PMDB	429	_____
Sarney Filho	PV	202	_____  
Sebastião Madeira	PSDB	405	_____
Selma Schons	PT	825	_____
Serafim Venzon	S.PART.	245	_____



## Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

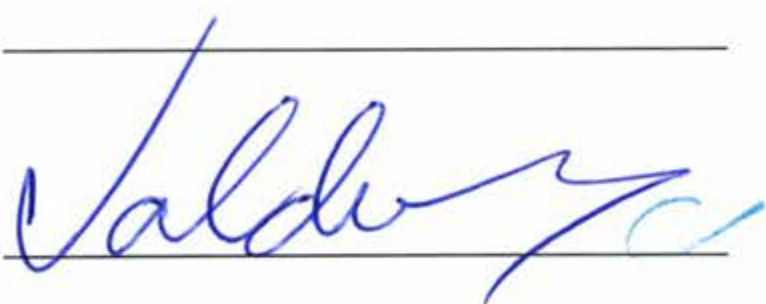

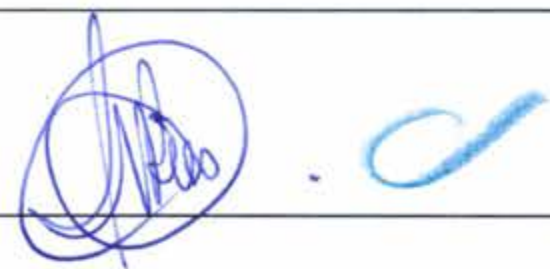
Ronivon Santiago	PPB	906	
Rose De Freitas	PSDB	937	
Rubens Otoni	PT	501	
Rubinelli	PT	344	
Salvador Zimbaldi	PSDB	538	
Sandes Júnior	PPB	702	
Sandra Rosado	PMDB	650	
Sandro Mabel	PL	443	
Sandro Matos	PSB	517	
Saraiva Felipe	PMDB	429	
Sarney Filho	PV	202	
Sebastião Madeira	PSDB	405	
Selma Schons	PT	825	
Serafim Venzon	S.PART.	245	

## Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Sérgio Carvalho	PSDB	342	_____
Sérgio Miranda	PCdoB	462	<u>Sérgio Miranda</u> ✓
Severiano Alves	PDT	738	_____
Severino Cavalcanti	PPB	707	_____
Sigmaringa Seixas	PT	719	_____
Silas Brasileiro	PMDB	932	_____
Silas Câmara	PTB	532	_____
Simão Sessim	PPB	709	_____
Suely Campos	PFL	340	<u>Suely Campos</u>
Tadeu Filippelli	PMDB	837	<u>Tadeu Filippelli</u>
Takayama	PSB	583	_____
Tarcisio Zimmermann	PT	372	_____
Tatico	PTB	560	_____
Telma De Souza	PT	467	_____



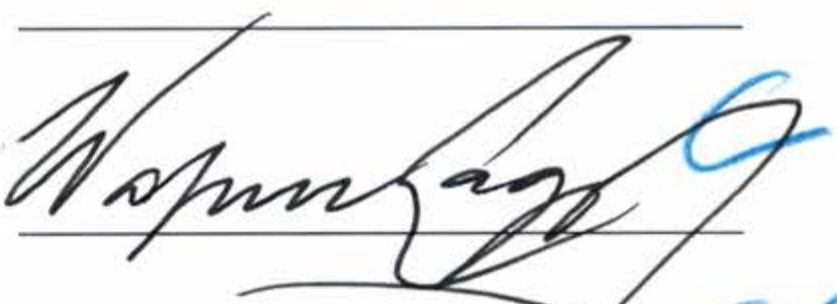




# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Terezinha Fernandes	PT	409	
Thelma De Oliveira	PSDB	524	
Vadão Gomes	PPB	750	
Valdemar Costa Neto	PL	542	
Valdenor Guedes	PPB	541	
Vander Loubet	PT	838	
Vanderlei Assis	PRONA	935	
Vanessa Grazziotin	PCdoB	724	
Vic Pires Franco	PFL	519	
Vicente Arruda	PSDB	603	
Vicente Cascione	PTB	940	
Vicentinho	PT	740	
Vieira Reis	PMDB	352	
Vignatti	PT	473	

W ASPINAR 13 PT 543

Ume 35/37 #35

# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Vilmar Rocha	PFL	644	
Virgílio Guimarães	PT	275	
Vittorio Mediolli	PSDB	754	
Wagner Lago	PDT	629	
Waldemir Moka	PMDB	448	
Walter Feldman	PSDB	585	
Walter Pinheiro	PT	274	
Wasny De Roure	PT	379	
Welinton Fagundes	PL	523	
Wellington Roberto	PL	514	
Wilson Santiago	PMDB	534	
Wilson Santos	PSDB	808	
Wladimir Costa	PMDB	343	
Yeda Crusius	PSDB	956	



# Institui o Fundo Nacional de Educação Infantil - FUNAEI

Zé Geraldo	PT	266	
Zé Gerardo	PMDB	632	
Zé Lima	PPB	610	
Zelinda Novaes	PFL	312	
Zenaldo Coutinho	PSDB	336	
Zequinha Marinho	PTB	823	
Zezeu Ribeiro	PT	571	
Zico Bronzeado	PT	760	
Zonta	PPB	366	
Zulaiê Cobra	PSDB	411	



Câmara dos Deputados

## PEC 105/2003

**Autor:** Janete Capiberibe

**Data da Apresentação:** 25/06/2003

**Ementa:** Insere novos parágrafos no art. 212, instituindo o Fundo Nacional da Educação Infantil (FUNAEI) e Fundos Municipais para atendimento a crianças de até três anos, e dá nova redação ao art. 239 da Constituição Federal.

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

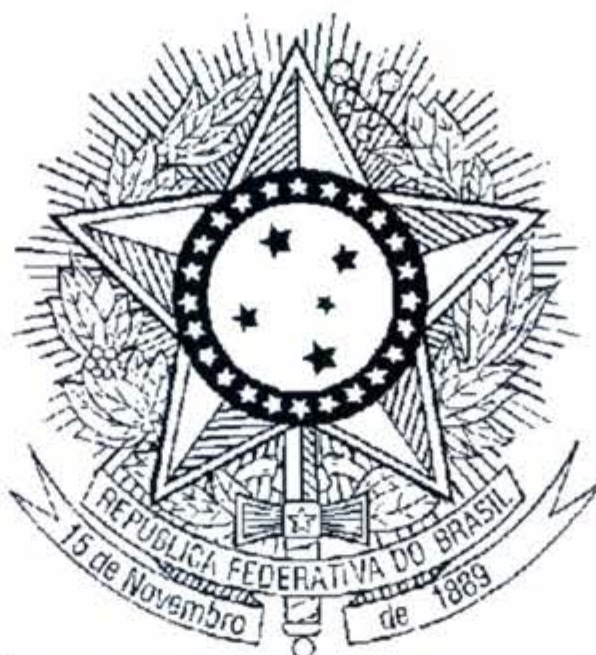
**Despacho:** À Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

**Matérias sujeitas a normas especiais:** Especial

**Em** 11/07/2003

  
JOÃO PAULO CUNHA  
Presidente





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 105, DE 2003**

**(Da Sra. Janete Capiberibe e outros)**

Inserir novos parágrafos no art. 212, instituindo o Fundo Nacional da Educação Infantil (FUNAEI) e Fundos Municipais para atendimento a crianças de até três anos, e dar nova redação ao art. 239 da Constituição Federal.

### **DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** Acrescentam-se ao art. 212 da Constituição Federal os seguintes parágrafos:

**“Art. 212.** .....  
.....

§ 6º Os Municípios instituirão fundos específicos para a manutenção e o desenvolvimento da educação infantil, com o objetivo de assegurar o atendimento às crianças de até três anos de idade.

§ 7º Os fundos a que se refere o parágrafo 6º serão constituídos, entre outros recursos, por não menos de vinte e cinco por cento dos impostos a que se refere o art. 156.

§ 8º O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Infantil, destinado a complementar os recursos municipais voltados para o financiamento da educação infantil, será constituído por:

I – um por cento da receita do imposto a que se refere o art. 153, III;

II – um por cento da receita do imposto a que se refere o art. 153, IV;

III – seis por cento dos recolhimentos das contribuições a que se refere o *caput* do art. 239.

§ 9º A lei disporá sobre os componentes, a gestão, a fiscalização e os critérios de distribuição dos recursos vinculados aos fundos a que se referem os §§ 6º e 8º. (NR)”

**Art. 2º** O art. 239 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 239.** A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego, a assistência em creches ao dependente de trabalhador e o abono de que trata o § 3º deste artigo.

..... (NR)”



**Art. 3º** Esta Emenda entra em vigor no primeiro dia do exercício subsequente ao de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, no capítulo dos direitos sociais, em seu art. 7º, XXV, preceitua que “são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (...) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas”.

No capítulo da educação, cultura e desporto, estabelece, no art. 208, IV, que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

Tradicionalmente, as crianças em idade de creche que necessitem de um cuidado extra-familiar são atendidas em instituições públicas ou comunitárias, ligadas administrativamente aos programas de assistência social, com apoio de autoridades de outras áreas, como a saúde, a justiça e a educação.

Um pequeno número de crianças, geralmente de estratos sociais superiores, tinha o privilégio de freqüentar creches – na maioria privadas e, portanto, pagas – onde o enfoque não era mais o da assistência à mãe trabalhadora, mas o do direito da criança ao desenvolvimento integral, dentro de um projeto pedagógico que incorporava crescentemente os avanços científicos da puericultura, da pediatria, da psicologia, da nutrição e de outras ciências.

Durante a tramitação dos projetos de lei de diretrizes e bases da educação nacional, pouco a pouco se criou a consciência de que todos os brasileiros, independentemente de sua condição social ou familiar, têm direito à educação básica integral, do nascimento à maioridade.

Assim, a educação infantil, destinada às crianças até seis anos de idade, por força da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.294, de 20 de dezembro de 1996, passou a integrar a educação escolar básica, na qualidade de sua primeira etapa de oferta em estabelecimentos públicos e privados.

A mesma lei esclarece, em seu art. 4º, inciso IV, que “o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”.

A educação infantil, pela primeira vez na história do País, mereceu um capítulo próprio na lei máxima da educação, com os seguintes artigos:

**Art. 29.** A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.



**Art. 30.** A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

**Art. 31.** Na educação infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Não obstante a importância que a Constituição e a LDB dão à educação infantil, é muito tímido o avanço de matrículas das crianças em estabelecimentos públicos, principalmente nas creches. Em 2002, de aproximadamente 14 milhões de crianças até três anos, somente 717.307 estavam matriculadas em escolas públicas. Os dados sobre matrículas em instituições privadas, inclusive comunitárias, são frágeis, porque prevalece a oferta de serviços em instituições não cadastradas no censo escolar do Ministério da Educação (MEC). Calcula-se que mais de 2 milhões de crianças de até três anos possam frequentá-las. Os números oficiais do censo escolar registram, porém, somente 435.204 matrículas.

Note-se que a competência de oferta da educação infantil passou, por força do art. 11 da LDB, para a esfera municipal, embora a responsabilidade por seu financiamento caiba, de forma suplementar, aos Estados e à União.

Tornou ainda mais complexa a questão um dispositivo das disposições transitórias da LDB:

**Art. 89.** As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se aos respectivos sistemas de ensino.

Na verdade, as creches administradas e financiadas pela secretaria de ação ou assistência social dos Estados e Municípios foram deslocadas para as estruturas das secretarias municipais de educação, muitas vezes transferindo-se também o ônus para as verbas vinculadas à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), previstas no art. 212 da Constituição Federal.

Ao mesmo tempo, pela Emenda à Constituição (EC) nº 14, de 1996, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 60% dos 25% dos impostos vinculados à MDE nos municípios ficaram reservados exclusivamente ao ensino fundamental.

Se foi bom para a etapa obrigatória da educação básica, o Fundef acabou cortando ou limitando as fontes de financiamento da educação infantil. Tanto



isso é verdade que, de 1997 para 2002, as matrículas em creches e pré-escolas públicas pouco avançaram. Pior, deslocaram-se para as redes municipais, comprimindo ainda mais seus gastos dentro dos 10% de impostos vinculados à MDE que, legalmente, poderiam ser aplicados na educação infantil.

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação, procurou contornar a dificuldade, na meta nº 8 do capítulo sobre financiamento:

Estabelecer, nos Municípios, a educação infantil como prioridade para a aplicação dos 10% dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino não reservados para o ensino fundamental.

Esta proposta nem resolve a situação dos municípios com melhor arrecadação, que já vivem os apertos da EC nº 14, de 1999, e das pressões da demanda da população por ensino fundamental e dos professores por melhores salários, nem muito menos a dos municípios pobres, cuja receita é insuficiente diante das necessidades da educação de suas crianças, jovens e adultos.

De outro lado, aumenta na sociedade a demanda por educação infantil, por duas razões principais:

- a) a urbanização e o ingresso das mulheres na força de trabalho as obrigam a contarem com as creches para o cuidado de suas crianças;
- b) a crescente falta de qualidade no ensino fundamental exige, em contrapartida, a matrícula das crianças na rede escolar em idade cada vez mais precoce, sob pena de aumentar o fosso das diferenças sociais que aparecem gritantes no desempenho dos alunos na alfabetização.

Essa situação, além de obrigar a difusão cada vez maior de alternativas de educação e cuidado das crianças menores, tem levado a vários tipos de propostas de financiamento. Algumas são muito tímidas, como a extensão da aplicação da receita do salário-educação à educação infantil. Calcula-se que poderia haver uma injeção de no máximo R\$ 500 milhões anuais, a serem retirados do ensino fundamental e divididos entre 5.561 Municípios, para atender às crianças até seis anos. Outras são muito ousadas, como a extensão do mecanismo do Fundef à educação infantil e ao ensino médio, o que oneraria a União com altas suplementações financeiras, dificilmente suportáveis, no momento, dentro dos recursos dos 18% de seus impostos vinculados à MDE.

A solução que trago à consideração dos membros do Congresso Nacional, por meio da presente Emenda à Constituição, visa concentrar a aplicação do esforço fiscal próprio dos municípios no atendimento de sua clientela de creche e criar, em nível federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Infantil



(Funaei), que aglutine recursos de diversas fontes para suplementar os municípios no financiamento de suas creches.

Assim, dentro do marco tributário vigente, cada município passaria a contar com 25% da receita do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto de Renda Retido na Fonte de Servidores Municipais (IRRF-SM) para, obrigatoriamente, investir em creches ou instituições equivalentes que matriculassem crianças até três anos de idade. Esse dispositivo não somente faria crescer as verbas específicas para as creches municipais como criaria um vínculo mais imediato entre os contribuintes dos tributos municipais e os beneficiados. Já as receitas oriundas das transferências de impostos federais e estaduais – Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Produtos Industrializados-Exportação (IPI-Exportação), Lei Complementar (LC) nº 87, de 1996, Imposto Territorial Rural (ITR), Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto Sobre Veículos Automotores (IPVA) – continuariam regidas pelas regras atuais: 60% obrigatoriamente para o ensino fundamental e 40% para as duas primeiras etapas da educação básica, incluindo toda a educação infantil e o ensino fundamental de jovens e adultos.

O Funaei seria constituído, essencialmente, por uma percentagem da receita bruta do Imposto sobre a Renda (IR) e por outra que incide na arrecadação da contribuição social que alimenta o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cuja soma fosse suficiente não para a manutenção, mas para a complementação do financiamento das creches nos Municípios. Estes tributos, por sua natureza, se destinam às políticas sociais e de superação das desigualdades sociais e regionais, dentro do pacto federativo. No caso de 2003, 1% do IR geraria aproximadamente R\$ 650 milhões e 6% do PIS alcançaria cerca de R\$ 770 milhões, o que resultaria na disponibilidade para as creches de R\$ 1.420 milhões no Funaei. A lei federal que regulamentará o Fundo poderá ampliar as fontes de suas receitas – incluindo mesmo outros tributos de arrecadação menor ou menos estável que não cabem no texto constitucional - e, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, legislação própria poderá também disciplinar sua participação específica no financiamento das creches, cumprindo o princípio do regime de colaboração.

A participação de cada município nos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Infantil dar-se-á por critérios objetivos, na proporção direta da demanda ativa de cada um e na proporção inversa da arrecadação, considerando, como preceitua a LDB, em seu art. 75, § 1º, o esforço fiscal do ente federado, na forma da lei que irá regulamentar o Fundo. É desejável que a receita desse Fundo seja a maior possível – preservada a prioridade do ensino obrigatório – , de forma a que não somente haja uma significativa suplementação para aumento de cobertura, como também de qualidade dos serviços de educação e cuidado. Para tanto, observou-se o princípio de que a educação infantil, como política pública, transcende a função ensino e abrange uma gama mais ampla de setores de responsabilidade social do Estado – e, portanto, merece recursos de várias fontes.

Esperando de todos o acolhimento às idéias centrais desta proposta, confio na sensibilidade das senhoras e dos senhores parlamentares, para que transformem em realidade o Fundo que poderá se tornar instrumento de inclusão



efetiva de todas as crianças não somente na sociedade brasileira mas na comunidade escolar, a família ampliada que fundamenta nossa cidadania.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 2003

## DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE

**Proposição:** PEC 0105/03

**Autor:** JANETE CAPIBERIBE E OUTROS

**Data de Apresentação:** 25/06/03

**Ementa:** Cria o Fundo Nacional de Educação Infantil - Funaei

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

### Total de Assinaturas:

Confirmadas:	173
Não Conferem:	4
Fora do Exercício:	3
Repetidas:	3
Ilegíveis:	0
Retiradas:	0

### Assinaturas Confirmadas

1 - ADELOR VIEIRA (PMDB-SC)  
 2 - ALBERTO FRAGA (PMDB-DF)  
 3 - ALCEU COLLARES (PDT-RS)  
 4 - ALEXANDRE CARDOSO (PSB-RJ)  
 5 - ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA)  
 6 - ALMEIDA DE JESUS (PL-CE)  
 7 - ALMERINDA DE CARVALHO (PSB-RJ)  
 8 - ALMIR MOURA (PL-RJ)  
 9 - ANDRÉ LUIZ (PMDB-RJ)  
 10 - ANIVALDO VALE (PSDB-PA)  
 11 - ANN PONTES (PMDB-PA)  
 12 - ANSELMO (PT-RO)  
 13 - ANTONIO CAMBRAIA (PSDB-CE)  
 14 - ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA)

15 - ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP)  
 16 - ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA)  
 17 - ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT-PR)  
 18 - ÁTILA LINS (PPS-AM)  
 19 - BABÁ (PT-PA)  
 20 - BASSUMA (PT-BA)  
 21 - BENEDITO DE LIRA (PP-AL)  
 22 - BENJAMIN MARANHÃO (PMDB-PB)  
 23 - BERNARDO ARISTON (PSB-RJ)  
 24 - BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS)  
 25 - BOSCO COSTA (PSDB-SE)  
 26 - CABO JÚLIO (PSB-MG)  
 27 - CARLOS MOTA (PL-MG)  
 28 - CARLOS NADER (PFL-RJ)  
 29 - CARLOS SOUZA (PL-AM)



- 30 - CARLOS WILLIAN (PSB-MG)  
 31 - CASARA (PSDB-RO)  
 32 - CELSO RUSSOMANNO (PP-SP)  
 33 - CÉSAR BANDEIRA (PFL-MA)  
 34 - CLEUBER CARNEIRO (PFL-MG)  
 35 - CORONEL ALVES (PL-AP)  
 36 - COSTA FERREIRA (PFL-MA)  
 37 - DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)  
 38 - DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS)  
 39 - DAVI ALCOLUMBRE (PDT-AP)  
 40 - DELFIM NETTO (PP-SP)  
 41 - DIMAS RAMALHO (PPS-SP)  
 42 - DR. BENEDITO DIAS (PP-AP)  
 43 - DR. EVILÁSIO (PSB-SP)  
 44 - DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB-MG)  
 45 - DR. HÉLIO (PDT-SP)  
 46 - DR. RIBAMAR ALVES (PSB-MA)  
 47 - DR. RODOLFO PEREIRA (PDT-RR)  
 48 - EDSON DUARTE (PV-BA)  
 49 - EDSON EZEQUIEL (PSB-RJ)  
 50 - EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG)  
 51 - EDUARDO CAMPOS (PSB-PE)  
 52 - EDUARDO CUNHA (PP-RJ)  
 53 - EDUARDO GOMES (PSDB-TO)  
 54 - EDUARDO SEABRA (PTB-AP)  
 55 - ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA-SP)  
 56 - FERNANDO GABEIRA (PT-RJ)  
 57 - FRANCISCO GARCIA (PP-AM)  
 58 - GERALDO RESENDE (PPS-MS)  
 59 - GERVÁSIO SILVA (PFL-SC)  
 60 - GIACOBO (PL-PR)  
 61 - GILBERTO NASCIMENTO (PSB-SP)  
 62 - GIVALDO CARIMBÃO (PSB-AL)  
 63 - GONZAGA MOTA (PSDB-CE)  
 64 - GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)  
 65 - HELENO SILVA (PL-SE)  
 66 - HOMERO BARRETO (PTB-TO)  
 67 - IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG)  
 68 - ILDEU ARAUJO (PRONA-SP)  
 69 - INALDO LEITÃO (S.PART.-PB)  
 70 - INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE)  
 71 - ISAÍAS SILVESTRE (PSB-MG)  
 72 - IVAN RANZOLIN (PP-SC)  
 73 - JACKSON BARRETO (PTB-SE)  
 74 - JAIME MARTINS (PL-MG)  
 75 - JAIR BOLSONARO (PTB-RJ)  
 76 - JAMIL MURAD (PCdoB-SP)  
 77 - JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP)  
 78 - JEFFERSON CAMPOS (PSB-SP)  
 79 - JOÃO CAMPOS (PSDB-GO)  
 80 - JOÃO CASTELO (PSDB-MA)  
 81 - JOÃO CORREIA (PMDB-AC)  
 82 - JOÃO LEÃO (PL-BA)  
 83 - JOÃO MATOS (PMDB-SC)  
 84 - JOÃO MENDES DE JESUS (PDT-RJ)  
 85 - JOSÉ CARLOS ELIAS (PTB-ES)  
 86 - JOSÉ IVO SARTORI (PMDB-RS)  
 87 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PFL-DF)  
 88 - JÚLIO CESAR (PFL-PI)  
 89 - JÚLIO DELGADO (PPS-MG)  
 90 - JULIO LOPES (PP-RJ)  
 91 - JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP)  
 92 - JÚNIOR BETÃO (PPS-AC)  
 93 - LEONARDO VILELA (PP-GO)  
 94 - LUCIANO CASTRO (PL-RR)  
 95 - LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB-SP)  
 96 - LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO)  
 97 - LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR)  
 98 - LUIZA ERUNDINA (PSB-SP)  
 99 - LUPÉRCIO RAMOS (PPS-AM)  
 100 - MANATO (PDT-ES)  
 101 - MARCELINO FRAGA (PMDB-ES)  
 102 - MARCELO CASTRO (PMDB-PI)  
 103 - MARCONDES GADELHA (PFL-PB)  
 104 - MARCOS ABRAMO (PFL-SP)  
 105 - MARCOS DE JESUS (PL-PE)  
 106 - MARIA HELENA (PMDB-RR)  
 107 - MARINHA RAUPP (PMDB-RO)  
 108 - MÁRIO ASSAD JÚNIOR (PL-MG)  
 109 - MÁRIO NEGROMONTE (PP-BA)  
 110 - MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PSB-AL)  
 111 - MAURÍCIO RABELO (PL-TO)  
 112 - MAURO BENEVIDES (PMDB-CE)  
 113 - MAX ROSENMAN (PMDB-PR)  
 114 - MEDEIROS (PL-SP)  
 115 - MIGUEL DE SOUZA (PL-RO)  
 116 - MILTON CARDIAS (PTB-RS)  
 117 - MIRIAM REID (PSB-RJ)  
 118 - MORONI TORGAN (PFL-CE)  
 119 - NEIVA MOREIRA (PDT-MA)  
 120 - NELSON BORNIER (PSB-RJ)  
 121 - NELSON MEURER (PP-PR)  
 122 - NELSON PROENÇA (PPS-RS)  
 123 - NELSON TRAD (PMDB-MS)  
 124 - NICIAS RIBEIRO (PSDB-PA)  
 125 - NILSON MOURÃO (PT-AC)  
 126 - NILTON CAPIXABA (PTB-RO)  
 127 - OSMÂNIO PEREIRA (PSDB-MG)  
 128 - PAES LANDIM (PFL-PI)  
 129 - PASTOR AMARILDO (PSB-TO)  
 130 - PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO (PSB-PE)  
 131 - PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB-RR)  
 132 - PAULO AFONSO (PMDB-SC)  
 133 - PAULO BALTAZAR (PSB-RJ)  
 134 - PAULO FEIJÓ (PSDB-RJ)  
 135 - PEDRO CHAVES (PMDB-GO)  
 136 - PEDRO IRUJO (PFL-BA)  
 137 - PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)



138 - PHILEMON RODRIGUES (PTB-PB)  
 139 - RAFAEL GUERRA (PSDB-MG)  
 140 - RAUL JUNGSMANN (PMDB-PE)  
 141 - RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)  
 142 - RENATO COZZOLINO (PSC-RJ)  
 143 - ROBÉRIO NUNES (PFL-BA)  
 144 - ROBERTO FREIRE (PPS-PE)  
 145 - ROBERTO GOUVEIA (PT-SP)  
 146 - RODRIGO MAIA (PFL-RJ)  
 147 - ROGÉRIO TEÓFILO (PFL-AL)  
 148 - ROMEL ANIZIO (PP-MG)  
 149 - ROMMEL FEIJÓ (PSDB-CE)  
 150 - RONALDO DIMAS (PSDB-TO)  
 151 - ROSE DE FREITAS (PSDB-ES)  
 152 - SALVADOR ZIMBALDI (PSDB-SP)  
 153 - SANDES JÚNIOR (PP-GO)  
 154 - SANDRA ROSADO (PMDB-RN)  
 155 - SANDRO MATOS (PSB-RJ)  
 156 - SARNEY FILHO (PV-MA)  
 157 - SERAFIM VENZON (S.PART.-SC)  
 158 - SÉRGIO MIRANDA (PCdoB-MG)  
 159 - SUELY CAMPOS (PP-RR)  
 160 - TAKAYAMA (PSB-PR)  
 161 - VALDENOR GUEDES (PP-AP)  
 162 - VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM)

163 - VIEIRA REIS (PMDB-RJ)  
 164 - WALDEMIR MOKA (PMDB-MS)  
 165 - WALTER FELDMAN (PSDB-SP)  
 166 - WASHINGTON LUIZ (PT-MA)  
 167 - WILSON SANTOS (PSDB-MT)  
 168 - WLADIMIR COSTA (PMDB-PA)  
 169 - ZÉ LIMA (PP-PA)  
 170 - ZELINDA NOVAES (PFL-BA)  
 171 - ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA)  
 172 - ZICO BRONZEADO (PT-AC)  
 173 - ZONTA (PP-SC)

**Assinaturas que Não Conferem**

1 - COLBERT MARTINS (PPS-BA)  
 2 - FRANCISCO RODRIGUES (PFL-RR)  
 3 - JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)  
 4 - NEY LOPES (PFL-RN)

**Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício**

1 - NARCISO MENDES (PPB-AC)  
 2 - PAULO RATTES (PSB-RJ)  
 3 - WAGNER LAGO (PDT-MA)

**Assinaturas Repetidas**

1 - JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP)  
 2 - SANDES JÚNIOR (PP-GO)  
 3 - SARNEY FILHO (PV-MA)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Seção de Registro e Controle e de Análise de Proposições**

Ofício n.º 131 / 2003

Brasília, 1 de julho de 2003.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição da Sra. Deputada JANETE CAPIBERIBE E OUTROS, que "**Cria o Fundo Nacional de Educação Infantil - Funaei**", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

173 assinaturas confirmadas;  
 004 assinaturas não confirmadas;  
 003 deputados licenciados;  
 003 assinaturas repetidas.



Atenciosamente,

RUTHIER DE SOUSA SILVA  
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
N E S T A

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....  
**TÍTULO II  
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**  
.....

**CAPÍTULO II  
DOS DIREITOS SOCIAIS**  
.....

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;



- V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
- VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;
- VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
- X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
- XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;
- XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;  
*\* Inciso XII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*
- XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;
- XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
- XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
- XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
- XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
- XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
- XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;
- XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
- XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
- XXIV - aposentadoria;
- XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;
- XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;
- XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;
- XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;
- XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;  
*\* Inciso XXIX com redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000.*



a) (Revogada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000).

b) (Revogada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000).

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

*\* Inciso XXXIII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

## TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES



CAPÍTULO I  
DO PODER LEGISLATIVO

---

Seção VIII  
Do Processo Legislativo

---

Subseção II  
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

---

TÍTULO VI  
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I  
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

---

Seção III  
Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

---



I - importação de produtos estrangeiros;  
 II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;  
 III - renda e proventos de qualquer natureza;  
 IV - produtos industrializados;  
 V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI - propriedade territorial rural;

VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

II - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998).

§ 3º O imposto previsto no inciso IV:

I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

§ 4º O imposto previsto no inciso VI terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas e não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

§ 5º O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do caput deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II - setenta por cento para o Município de origem.

Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

## SEÇÃO V

### Dos Impostos dos Municípios

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;



II - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar;

*\* Inciso III com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

IV - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993).

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:

*\* § 1º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

*\* Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

*\* Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II - compete ao Município da situação do bem.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do caput deste artigo, cabe à lei complementar:

*\* § 3º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;

*\* Inciso I com redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.

*\* Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

*\* Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

§ 4º (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993).

## Seção VI Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.



TÍTULO VIII  
DA ORDEM SOCIAL

---

CAPÍTULO III  
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

---

SEÇÃO I  
Da Educação

---

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

*\* Inciso I com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996.*

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

*\* Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996.*

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

---

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

---



§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei.

*\* § 5º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996.*

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

## TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo.

§ 1º Dos recursos mencionados no caput deste artigo, pelo menos quarenta por cento serão destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor.

§ 2º Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios



de saque nas situações previstas nas leis específicas, com exceção da retirada por motivo de casamento, ficando vedada a distribuição da arrecadação de que trata o caput deste artigo, para depósito nas contas individuais dos participantes.

§ 3º Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.

§ 4º O financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.

Art. 240. Ficam ressalvadas do disposto no art. 195 as atuais contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

.....

.....

## **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14, DE 12 DE SETEMBRO DE 1996**

Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º É acrescentada no inciso VII do art. 34, da Constituição Federal, a alínea "e":

"e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino."

Art. 2º É dada nova redação aos incisos I e II do art. 208 da Constituição Federal:

"I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; "



Art. 3º É dada nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 211 da Constituição Federal e nele são inseridos mais dois parágrafos:

"Art.211.....

§ 1º A união organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório."

Art. 4º É dada nova redação ao § 5º do art. 212 da Constituição Federal:

"§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei."

Art. 5º É alterado o art. 60 do ADCT e nele são inseridos novos parágrafos, passando o artigo a ter a seguinte redação:

"Art 60. Nos dez primeiros anos da promulgação desta emenda, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de sessenta por cento dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, a manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

§ 1º A distribuição de responsabilidades e recursos entre os estados e seus municípios a ser concretizada com parte dos recursos definidos neste artigo, na forma do disposto no art. 211 da Constituição Federal, e assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, de natureza contábil.

§ 2º O Fundo referido no parágrafo anterior será constituído por, pelo menos, quinze por cento dos recursos a que se referem os arts. 155, inciso II; 158, inciso IV; e 159, inciso I, alíneas "a" e "b"; e inciso II, da Constituição Federal, e será distribuído entre cada Estado e seus Municípios,



proporcionalmente ao número de alunos nas respectivas redes de ensino fundamental.

§ 3º A União complementarará os recursos dos Fundos a que se refere o § 1º, sempre que, em cada Estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

§ 4º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ajustarão progressivamente, em um prazo de cinco anos, suas contribuições ao Fundo, de forma a garantir um valor por aluno correspondente a um padrão mínimo de qualidade de ensino, definido nacionalmente.

§ 5º Uma proporção não inferior a sessenta por cento dos recursos de cada Fundo referido no § 1º será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.

§ 6º A União aplicará na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, inclusive na complementação a que se refere o § 3º, nunca menos que o equivalente a trinta por cento dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal.

§ 7º A lei disporá sobre a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, sua fiscalização e controle, bem como sobre a forma de cálculo do valor mínimo nacional por aluno.'

Art. 6º Esta emenda entra em vigor a primeiro de janeiro do ano subsequente ao de sua promulgação.

Brasília, 12 de setembro de 1996.

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE JULHO DE 1970**

Institui o Programa de Integração Social, e dá outras Providências.

Art. 1º É instituído, na forma prevista nesta Lei, o Programa de Integração Social, destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas.

§ 1º Para os fins desta Lei, entende-se por empresa a pessoa jurídica, nos termos da legislação do Imposto de Renda, e por empregado todo aquele assim definido pela Legislação Trabalhista.

§ 2º A participação dos trabalhadores avulsos, assim definidos os que prestam serviços a diversas empresas, sem relação empregatícia, no Programa de Integração Social, far-se-á nos termos do Regulamento a ser baixado, de acordo com o art. 11 desta Lei.



Art. 2º O Programa de que trata o artigo anterior será executado mediante Fundo de Participação, constituído por depósitos efetuados pelas empresas na Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal poderá celebrar convênios com estabelecimentos da rede bancária nacional, para o fim de receber os depósitos a que se refere este artigo.

.....

.....

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 8, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970**

Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências.

Art. 1º É instituído, na forma prevista nesta Lei Complementar, o programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

Art. 2º A União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios, contribuirão para o Programa, mediante recolhimento mensal do Banco do Brasil das seguintes parcelas:

I - União:

1% (um por cento) das receitas correntes efetivamente arrecadadas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades da Administração Pública, a partir de 1º de julho de 1971; 1,5% (um e meio por cento) em 1972 e 2% (dois por cento) no ano de 1973 e subsequentes.

II - Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios:

a) 1% (um por cento) das receitas correntes próprias, deduzidas as transferências feitas a outras entidades da Administração Pública, a partir de 1º de julho de 1971; 1,5% (um e meio por cento) em 1972 e 2% (dois por cento) no ano de 1973 e subsequentes;

b) 2% (dois por cento) das transferências recebidas do Governo da União e dos Estados através do Fundo de Participações dos Estados, Distrito Federal e Municípios, a partir de 1º de julho de 1971.

Parágrafo único. Não recairá, em nenhuma hipótese, sobre as transferências de que trata este artigo, mais de uma contribuição.

.....

.....

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996**

Dispõe sobre o Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências.



Art. 1º Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Art. 2º O imposto incide sobre:

I - sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade;

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

III - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

§ 1º O imposto incide também:

I - sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo permanente do estabelecimento;

*\* Inciso I com redação dada pela Lei Complementar nº 114, de 16/12/2002.*

II - sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - sobre a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizados o adquirente.

§ 2º A caracterização do fato gerador independe da natureza jurídica da operação que o constitua.

.....  
 .....

## **LEI Nº 9.424, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996**

Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.



## PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o qual terá natureza contábil e será implantado, automaticamente, a partir de 1º de janeiro de 1998.

§ 1º O Fundo referido neste artigo será composto por 15% (quinze por cento) dos recursos.

I - da parcela do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, devida ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios, conforme dispõe o art. 155, inciso II, combinado com o art. 158, inciso IV, da Constituição Federal;

II - do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e dos Municípios - FPM, previstos no art. 159, inciso I, alíneas a e b, da Constituição Federal, e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996, e

III - da parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI devida aos Estados e ao Distrito Federal, na forma do art. 159, inciso II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989.

§ 2º Inclui-se na base de cálculo do valor a que se refere o inciso I do parágrafo anterior o montante de recursos financeiros transferidos, em moeda, pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios a título de compensação financeira pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações, nos termos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como de outras compensações da mesma natureza que vierem a ser instituídas.

§ 3º Integra os recursos do Fundo a que se refere este artigo a complementação da União, quando for o caso, na forma previstas no art. 6º.

§ 4º A implantação do Fundo poderá ser antecipada em relação à data prevista neste artigo, mediante lei no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal.

§ 5º No exercício de 1997, a União dará prioridade, para concessão de assistência financeira, na forma prevista no art. 211, § 1º, da Constituição Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios nos quais a implantação do Fundo for antecipada na forma prevista no parágrafo anterior.

.....

**LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.



---

TÍTULO III  
DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

---

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;
- VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

- I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;
- II - fazer-lhes a chamada pública;
- III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência a escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.



§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

.....

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

*\* Inciso VIII acrescido pela Lei nº 10.287, de 20/09/2001.*

.....

## TÍTULO V

### DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

.....



## CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO BÁSICA

---

### Seção II Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

- I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

### SEÇÃO III Do Ensino Fundamental

Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

---



## TÍTULO VII DOS RECURSOS FINANCEIROS

---

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá à fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente frequentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta Lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

Art. 76. A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.

---

## TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

---

Art. 89. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.

Art. 90. As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei serão resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação ou, mediante delegação deste, pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, preservada a autonomia universitária.

Art. 91. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92. Revogam-se as disposições das Leis ns. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 5.540, de 28 de novembro de 1968, não alteradas pelas Leis ns. 9.131, de 24 de novembro de 1995 e 9.192, de 21 de dezembro de 1995 e, ainda, as Leis ns. 5.692, de 11 de



agosto de 1971 e 7.044, de 18 de outubro de 1982, e as demais leis e decretos-lei que as modificaram e quaisquer outras disposições em contrário.

## **LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001**

Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação, constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes.

Art. 3º A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade civil, procederá a avaliações periódicas da implementação do Plano Nacional de Educação.

§ 1º O Poder Legislativo, por intermédio das Comissões de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e da Comissão de Educação do Senado Federal, acompanhará a execução do Plano Nacional de Educação.

§ 2º A primeira avaliação realizar-se-á no quarto ano de vigência desta Lei, cabendo ao Congresso Nacional aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

Art. 4º A União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação.

Art. 5º Os planos plurianuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Nacional de Educação e dos respectivos planos decenais.

Art. 6º Os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
*Paulo Renato Souza*



## Anexo

### PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

---

#### *1.3 Objetivos e Metas*

1. Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos.

2. Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos de infra-estrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

- a) espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
- b) instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
- c) instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;
- d) ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo;
- e) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
- f) adequação às características das crianças especiais.

8. Assegurar que, em dois anos, todos os Municípios tenham definido sua política para a educação infantil, com base nas diretrizes nacionais, nas normas complementares estaduais e nas sugestões dos referenciais curriculares nacionais.

9. Assegurar que, em três anos, todas as instituições de educação infantil tenham formulado, com a participação dos profissionais de educação neles envolvidos, seus projetos pedagógicos.

---

---

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------